

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.665.362 - PR (2020/0037273-6)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : TATYANE CRISTINA MENDONCA RAVEDUTTI**  
**ADVOGADOS : JUSCELINO CLAYTON CASTARDO - PR042201**  
**DANIEL FERNANDO PASTRE - PR042216**  
**AGRAVADO : FMM - ENGENHARIA - EIRELI - MASSA FALIDA**  
**ADVOGADOS : EDUARDO OLIVEIRA AGUSTINHO - PR030591**  
**MATHEUS TRANCOSO BERTOLIN - PR085584**  
**AGRAVADO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**  
**ADVOGADO : VOLNIR CARDOSO ARAGAO E OUTRO(S) - RS028906**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por TATYANE CRISTINA MENDONCA RAVEDUTTI, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, assim resumido:

APELAÇÃO PROCEDIMENTO COMUM ATRASO NA ENTREGA DE IMÓVEL FINANCIAMENTO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA JUROS DE OBRA INDENIZAÇÃO PELOS DANOS MORAIS E MATERIAIS

Quanto à controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do arts. 186, 187 e 927 do CC, no que concerne à inexistência de mero dissabor quando o atraso na entrega do imóvel ultrapassa mais de um ano, trazendo os seguintes argumentos:

Ora, se o atraso de 11 (onze) meses é considerado expressivo e conduz à indenização, por que não se indenizaria um atraso de 12 (doze) meses, como no caso concreto?

No mesmo sentido, estabelecendo que o atraso expressivo (um ano ou mais) conduz à indenização por danos morais, assim julgou o SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA: [...]. (fls. 350).

Ora, o atraso excessivo (um ano ou mais) ultrapassa qualquer limite de razoabilidade, frustra as legítimas expectativas dos mutuários (que são pessoas carentes) de morar no imóvel, de usufruí-lo com sua família e de concretizar o sonho da casa própria, fatos capazes de gerar indenização por danos morais porque vão além do mero dissabor cotidiano. [...]. (fls. 351).

É o relatório. Decido.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente não demonstrou, de forma direta, clara e particularizada, como o acórdão recorrido violou cada um dos dispositivos de lei federal apontados, o que atrai, por conseguinte, a aplicação do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nessa linha, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de que “a argumentação recursal em torno de normas infraconstitucionais não pode ser meramente genérica, sem o desenvolvimento de teses efetivamente vinculadas a elas e sem a demonstração objetiva de como o acórdão recorrido as teria violado. Incidência da Súmula n. 284/STF” (REsp n. 1.293.548/SP, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 26/6/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: REsp n. 1.442.952/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/2/2017; EDcl no AgRg no AREsp n. 422.103/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 13/10/2014; AgRg no AREsp n. 413.345/SP, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 22/10/2015; e AgRg no AREsp n. 634.545/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 18/5/2015.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente